

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SINDOJUS

Aos 10 (dez) dias do mês de abril do ano de 2015 (dois mil e quinze), no 1º Salão do Júri do Fórum Clóvis Beviláqua, às 09h00, o secretário do Sindojus, Francisco José de Mendonça realizou a 1ª chamada para a Assembléia Geral de prestação de contas do Sindojus referente ao exercício de 2014; não havendo “*quorum*”, suspendeu e às 09h30m, com a 2ª chamada foi dado inicio a AGO. O secretário Francisco José de Mendonça inicia os trabalhos saudando os colegas assembleístas, faz a chamada para a composição da mesa dos trabalhos, a qual foi composta pelo presidente, Mauro Xavier, pelos diretores, João Batista, Vagner Venâncio, Celso Barreto, Fellype Gurgel, Glauber Maia e Davi Brito. O Presidente Mauro Xavier saúda os presentes e cede a palavra ao diretor Davi Brito e, às 09h50m o diretor financeiro esclarece o atraso da data para a prestação de contas e justifica dizendo que isso aconteceu devido a muitas demandas no mês de dezembro e que os funcionários foram deslocados para outras missões. Ato contínuo iniciou-se a apresentação de prestação de contas. Após a explanação foi aberta a discussão pela plenária. Feita a inscrição dos oradores, iniciou-se pelo OJ da comarca de Maracanaú, Ésquilo Mourão, o qual iniciou fazendo uma crítica técnica, alega a intempestividade na apresentação; que a prestação das contas não foram feitas por profissional habilitado, o que fere artigo da CLT e encaminhou pela não aprovação. Com a palavra o diretor de finanças que informa que esse modelo de prestação de contas já é feito de há muito tempo, inclusive segue modelo feito pelo ex-diretor de finanças, Edmilson de Paula. O segundo orador, OJ Hermes inicia perguntando pelo CF, diz que vota pela não aprovação por não ter parecer do conselho fiscal. O OJ Celso Barreto com a palavra, e em resposta ao indagado acima pelo OJ Hermes, faz um relato sobre a ausência do conselho fiscal. Diz: os membros titulares do CF dessa gestão eram os OJ’s Ana Paula, Maria Eunice e Carlos Eduardo, posteriormente, sem que tivesse havida nenhuma

reunião desse CF, foram apresentadas as renúncias das OJ Ana Paula e Maria Eunice. A diretoria executiva, em seguida, deu ciência aos membros suplentes, OJ's Fátima Aquino e Márcio Roberto, desde então o CF ficou formalmente composto pelo OJ's Carlos Eduardo, Márcio Roberto e Fátima Aquino; da mesma forma, sem que houvesse uma única reunião, os referidos membros apresentaram sequenciadamente e por razões particulares seus pedidos de renúncia. Portanto, a partir da data de 24/11/2014 o Sindojus ficou sem CF. Em AGO datada de 18/12/2014, todo o histórico acima foi tornado público aos assembleístas e naquele momento o presidente propôs se formar uma comissão com poderes de CF para apreciar as contas do Sindojus, porém, nenhum dos presentes apresentou-se para assumir o referido encargo fiscalizador. Em razão de todo o exposto, o encargo de apreciar as contas foi encaminhado para a decisão soberana da Assembléia geral, a qual entendeu pela aprovação das contas sem nenhuma ressalva, tendo apenas o voto contrário do OJ Germano, o qual justificou seu voto pelo fato de não haver parecer do CF. Terceiro orador, OJ Ielva Stela, inicialmente faz um apelo para que a AGO continue em clima de tranquilidade; argui o art. 118 do estatuto da entidade, dizendo que empresa impedida prestou serviço ao sindicato. A OJ Ivna, quarta oradora inscrita, solicita o cancelamento de sua inscrição. Quinto orador, OJ Germano, o qual solicita que Ielva esclareça os fatos, essa diz que tem um pagamento de serviço prestado por uma empresa presidida pela esposa do OJ Mauro Xavier. Mauro Xavier, diz que se não fosse levantado o assunto, ele mesmo iria se manifestar e passou a abordá-lo. Informa aos assembleístas que foi ele mesmo que apresentou o texto contido no art. 118 e parágrafos do estatuto; que não acha correto e é antiético esse procedimento de contratação de parentes, explicou. Ielva insistiu perguntando se não foi feito nenhum pagamento para empresa. Mauro Xavier mostrou, que para facilitar pagamento das despesas de pessoal que prestaram serviço no CEOJUS, foi recebido pela Notorium e repassado para o pessoal que desempenhou o serviço. Davi intervém e explica que quando notou esse procedimento foi feita a devida regularização com a realização do estorno e o pagamento aos seus devidos

prestadores via sindojus. Edmilson com a palavra argui o art. 181 do estatuto e diz que falta pagar os R\$ 6,00 (seis) reais do DOC; ato continuo pede desaprovação das contas por não ter parecer do conselho fiscal. Próximo orador, OJ Gentil, o qual reclama do tratamento que é dispensado a ele por Mauro Xavier, pois na visão dele não é recomendável. Mendonça foi citado por Gentil e respondeu que não tem arestas com ninguém e gosta de todos, “brinca-se com quem se gosta” e com você eu brinco sempre que nos encontramos. Vagner Venâncio, também citado pelo Gentil, disse que como moderador, não compete opinar, mas qualquer assunto será respondido e não pode interferir se OJ que participam do fórum de debates não querem comentar os assuntos ali escritos pelo OJ Gentil. Davi fala e mostra que fez serviço em prol do oficial Gentil sempre que foi acionado. Gentil elogiou o desempenho de João Batista e Davi. OJ Mardem, próximo orador, diz que o diretor Davi Brito e o funcionário Fernando são pessoas idôneas, porém, critica a intempestividade da apresentação das contas, achou muito os valores gastos durante o ano, disse ser necessário o diretor de finanças detalhar mais. Mauro Xavier intervém e lembra que o que foi apresentado é um esboço geral e que as minúcias, notas fiscais, recibos e outros documentos fiscais encontram-se na sede do Sindojus, é só requerer. Próximo orador, OJ Gonçalves, o qual inicia seu pronunciamento parabenizando a todos pelo clima da Assembleia Geral, tranquila e respeitosa. Parabeniza o diretor de finanças pelo trabalho apresentado e pergunta ao Mauro Xavier se foi a Notorium que organizou o Ceojus. Diz que o balancete deve ser feito por contador, elogia o funcionário Fernando e diretor Davi Brito e requer a desaprovação das contas por não ter parecer do conselho fiscal. Davi apresenta considerações do seu trabalho financeiro, dizendo que o modelo é muito bom pois é muito detalhado e de simples compreensão e que esse modelo foi implantado pelo colega Edmilson de Paula quando esteve à frente da diretoria financeira na primeira gestão do Mauro Xavier e informa que de agora em diante toda documentação será enviada para o contador e que já enviou os meses de janeiro, fevereiro e março de 2015. A oficiala Ana Marta, próxima oradora, cede seu tempo para o OJ Ésquilo. Com a palavra, volta a falar

da tecnicidade, diz que não citou ninguém mas que exige técnica quando da feitura dos balancetes financeiros. O OJ Sérgio, parabeniza a categoria pelo momento democrático ali materializado, elogia o diretor Davi Brito por trazer uma apresentação de contas didática, porém, ainda não está de acordo com estatuto. Cita Rodrigo Moreira ex-diretor do Sindojus. Disse que a apresentação de contas está perfeita, mas o estatuto deve ser cumprido. Com a palavra a OJ Fátima Aquino, a qual parabenizou os assembleístas pelo nível dos debates e requer a desaprovação das contas e que seja cumprido o estatuto. O diretor jurídico, Felipe Gurgel, fala do art. 551 da CLT, o qual não foi recepcionado pela Constituição Federal, que a administração e condução do sindicato está amparada pela CF/88 em sua independência e que não cabe a aplicação da CLT nesta matéria. Fala do relacionamento entre os colegas durante o pleito eleitoral. Nilmar fala que o estatuto é norteador e deve ser cumprido. Discorda do Fillype e Mauro Xavier, pois as atitudes devem pautar na transparência. Fala da incompatibilidade de negócios de dirigentes com a própria instituição, pede pela desaprovação das contas. Felipe contesta Nilmar, lendo art. 118 do estatuto, dizendo que o que houve foi ressarcimento por ter havido comprado sua passagem para uma missão oficial em Brasília, quando foi representar o Sindojus junto ao CNJ e outros órgãos e posterior ressarcimento do valor gasto do seu bolso. Vagner parabeniza pelo comportamento dos assembleístas e apela para a consciência sindical. Fala dos três pontos da solicitação de pedido pela não aprovação: intempestividade, ausência conselho fiscal e não ter sido elaborado por um contador, que a seu ver não deve ser desaprovada. Celso parabeniza pelo comportamento dos assembleístas. Pediu reconhecimento das falhas administrativas e que as mesmas sejam corrigidas; enalteceu o diretor de finanças Davi Brito pela condução sempre ética e zelosa com que conduz as finanças do Sindojus e que a Assembleia geral faça uma votação isenta das contas apresentadas. Requer aprovação das contas. Próximo orador, OJ Mendonça defende que a ausência de parecer do conselho fiscal, não ter sido feita por contador habilitado e intempestividade não são motivos para desaprovação das contas, pois no primeiro e segundo casos, em outros

momentos a AGO aprovou as contas sem o devido parecer e quanto a intempestividade, leve-se em consideração o custo benefício, o diretor de finanças pediu mais tempo para apresentar, como o fez, um trabalho bem elaborado, o qual foi elogiado por muitos que por aqui se expressaram e não houve nenhum prejuízo pecuniário ao Sindojus, muito pelo contrário, só houve benefício. Continuando, propôs que a AGO nomeasse uma comissão de OJ para apreciar as contas e dar parecer. Ielva disse que pediu que colocasse as contas no site para que os assembleístas se posicionassem. Às 12h10 o OJ Carlos Antônio, chega ao recinto da AGO, inscreve-se para falar e inicia saudando toda a diretoria, no seu pronunciamento reforça que é amigo de todos, lembra que não é muito presente nas assembleias gerais e diz estar pensando na categoria; diz ter havido desrespeito ao estatuto e crava seu pronunciamento na falta de um profissional habilitado para conduzir os números financeiros do Sindojus. Com a palavra o diretor financeiro Davi Brito, o qual disse que Carlos Antônio chegou muito atrasado, após toda exposição e discussão, conseqüentemente não acompanhou o desenrolar desses dois tópicos. Próximo orador, João Batista, defende que a maneira de formatação da prestação de contas é antiga, e em outros momentos foi aprovada e só agora levanta-se a questão que o Fernando não é habilitado. JB diz que, se necessário, se faça uma auditoria e que o modelo adotado por esta administração e aplicado pelo funcionário Fernando e acompanhado pelo diretor Davi Brito foi criado pelo diretor de finanças da gestão passada Edmilson de Paula, portanto é uma incoerência este adotar um modelo que foi aplicado quando diretor financeiro para ter suas contas aprovadas, na gestão anterior, e agora vir defender a desaprovação das contas. O colega Hermes foi membro do CF e seus relatórios durante a sua gestão foram no sentido de aprovar as contas. Então, o que está sendo demonstrado aqui é que a decisão é unicamente política e não técnica. já que o próprio estatuto remete para a assembleia geral o poder de decidir sobre o tema; que não há conselho fiscal e que na assembleia anterior as contas foram aprovadas, com única discordância do OJ Germano por não ter parecer do conselho fiscal, sendo aprovado por todos os demais presentes, inclusive o próprio

Edmilson votou pela aprovação das contas. Último orador inscrito, Mauro Xavier, reforça o que foi apresentado pelo orador que o antecedeu afirmando que o modelo de prestação de contas é muito didático e de fácil compreensão e que foi implantado pelo ex-diretor de finanças, Edmilson de Paula. Encerrado os pronunciamentos, passa-se aos encaminhamentos. Primeira proposta: Edmilson encaminha pela desaprovação das contas e que se abra um prazo de 90 (noventa) dias para apreciação em outra Assembleia Geral com um parecer de um contador que não seja o que presta serviço para o Sindojus. Segunda proposta: Vagner Venâncio encaminha pela aprovação das contas e posterior auditoria externa. Terceira proposta: O OJ Mendonça encaminha pela suspensão da AGO, contrata-se um escritório de contabilidade externo para oferecer relatório e posteriormente, no prazo que os assembleístas decidirem, volta-se as contas e aprova-se ou não. Augusto Rodrigues encaminha pela não aprovação. Celso pondera. Vagner retira sua proposta. Permaneceu assim, apenas duas propostas. Colocadas em votação eis o resultado: 29 votos a favor da primeira proposta e 17 a favor da segunda proposta. Mauro Xavier pediu para fazer esclarecimento sobre a polêmica do veículo do sindicato. Mauro Xavier pede desculpas, assume o deslize, informa que ressarciu o sindicato.

Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrado os trabalhos da presente assembleia às 13h30min.